

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2020

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de: (i) reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas; (ii) emissão de bilhetes “seguro viagem” a nível nacional e internacional; (iii) seguros de cobertura total de passageiros e tripulação em aluguel de embarcação, sobrevôo e veículo; (iv) reservas de hotéis nacional ou internacional; (v) aluguéis de veículos e/ou fretamento de aeronaves nacional e internacional, para o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, conforme Termo de Referência – TDR, constante do Anexo I, parte integrante deste edital. É necessário que a empresa proponente disponibilize o sistema “WTS” para efetuar as integrações com os sistemas do FUNBIO previstas no Anexo II para emissões de passagens aéreas nacionais.

SESSÃO DE ABERTURA DA ETAPA DE LANCES: Data: 16/03/2020 - Horário: 14:30 horas

LOCAL DA DISPUTA: www.licitacoes-e.com.br

CONTATOS: Telefone (21) 2123 5300 - E-mail: procurement@funbio.org.br

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, através de sua Unidade Operacional de Compras, torna público aos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo “menor preço”, e em conformidade com as diretrizes para Aquisições do FUNBIO e de Organismos Financeiros Multilateral, e demais condições estabelecidas neste edital e anexos.

O pregão eletrônico será conduzido pela Unidade de Compras do FUNBIO.

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela internet, no site www.licitacoes-e.com.br.

- 1.2. O referido sistema eletrônico utilizará recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.
- 1.3. O pregão eletrônico será conduzido pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, com o apoio técnico e operacional do Banco do Brasil S.A., que atuará como provedor e plataforma do sistema eletrônico.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste edital e seus anexos.
- 2.2. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste edital e seus anexos e leis aplicáveis.
- 2.3. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o FUNBIO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 2.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresa:
 - 2.4.1. concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação ou ainda, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
 - 2.4.2. que esteja reunida em consórcio ou coligação;
 - 2.4.3. cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante;
 - 2.4.4. empresas cujos ramos de atividades determinadas nos seus Contratos Sociais estejam em desacordo ao objeto do presente edital de pregão. .
- 2.5. Como requisito para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento.

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site www.licitacoes-e.com.br.
- 3.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao FUNBIO qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.
- 3.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.
- 3.5. As pessoas jurídicas ou firmas individuais poderão credenciar representantes, observado o disposto no aplicativo Licitações do Banco do Brasil S/A, no link "Orientações para os Fornecedores".

4. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 4.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br os licitantes deverão encaminhar propostas, oferecendo os lances pelo valor unitário da Taxa de Transação, nos termos do subitem 7.1 do edital, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública (dia 16/03/2020, às 10:30 horas), exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.
 - 4.1.1. O licitante deverá indicar a "taxa de transação" com, no máximo, duas casas decimais, devendo na cotação já estar inclusos os impostos, e demais despesas decorrentes, para a integral execução do objeto.

- 4.2. O prazo fixado para apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 7 (sete) dias úteis.
- 4.3. O licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao FUNBIO, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.5. A apresentação da proposta comercial de preços indicará que o licitante concorda tacitamente com as seguintes premissas:
- 4.5.1. Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura deste pregão.
- 4.5.2. Pleno atendimento e concordância com todas as características e serviços descritos no Anexo I – Termo de Referência, razão pela qual não precisam ser apresentadas informações complementares à proposta.
- 4.5.3. Prazo de pagamento: em até 15 (quinze) dias úteis a contar da data do recebimento do documento de cobrança (faturas específicas por projeto e tipo de serviço).
- 4.5.4. Período de faturamento: A periodicidade do faturamento é quinzenal.
- Os preços dos bilhetes objeto deste edital serão cobrados pela contratada de acordo com as tabelas praticadas pelas empresas concessionárias de transporte aéreo estabelecidos pelo Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, além inclusive, das tarifas promocionais, vigentes à época da prestação do serviço, somados as taxas de embarque. Também os preços de bilhetes “seguros de viagem” nacional e internacional, serão cobrados pelo valor ofertado pela empresa seguradora (inclusive com os descontos promocionais) para o período selecionado. E ainda os preços de diárias de hotéis e aluguéis de veículos, nacionais e internacionais, devem ser pelos valores ofertados pelos hotéis e locadoras de

veículos, transferindo para o contratante todas as comissões, ou descontos, quando houver.

- 4.6. O valor anual a ser pago pela Contratante pela utilização dos serviços de agência de viagens será o valor da Taxa de Transação multiplicada pelo número de transações efetuadas no período. São estimados, como mais preponderante, o fornecimento de cerca de 4000 (quatro mil) bilhetes aéreos por ano, sendo a maioria nacional.

Os valores referentes às taxas de transação deverão incluir todos os custos diretos e indiretos requeridos para a prestação dos serviços, encargos sociais, seguros, custos de mão de obra, benefícios diversos, tributos ou quaisquer outros encargos que vierem a existir sobre os aludidos serviços, constituindo, assim, a única remuneração pelos serviços contratados.

A Taxa de Transação, única forma de remuneração do Contratado para os serviços de emissão de bilhetes aéreos, emissão de seguro viagens, reservas de hotéis e alugueis de veículos ou fretamento aéreo será de R\$ _____ (_____) por transação efetuada. O Contratado cobrará da Contratante uma taxa para cada transação efetuada. Para efeito de pagamento, será considerada:

Deve ser considerado: Uma taxa de transação por:

- Emissão de um bilhete de ida e um bilhete de volta na mesma “Solicitação de Passagem Aérea”, por uma mesma companhia aérea;
- Emissão de um bilhete somente ida ou somente volta, em “Solicitações de Passagens Aéreas” diferentes;
- Reemissão de bilhete decorrente de remarcação de bilhete não utilizado (não voado);
- Emissão de seguro viagem, por pessoa segurada;
- Emissão de reserva de hotel, por usuário. Quando mais de um usuário for alocado em um mesmo quarto será considerado apenas uma taxa de transação.
- Emissão de reserva para aluguel de veículo ou fretamento de aeronave, por período contínuo.

Duas taxas de transação:

- A emissão de bilhetes ida e volta, na mesma “Solicitação de Passagem Aérea” por companhias aéreas diferentes.

5. DA DIVULGAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 5.1. A partir das 14:30 horas do dia 16/03/2020, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas comerciais recebidas e início da etapa de lances, as quais deverão estar em consonância com as especificações e condições detalhadas no Anexo I – Termo de Referência.
- 5.2. A partir da divulgação do edital até a abertura da sessão pública do pregão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 5.3. A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 5.4. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.5. Analisada a aceitabilidade das propostas e percentuais ofertados, será dado início à etapa de lances.
- 5.6. Não havendo expediente no FUNBIO, por qualquer razão, na data estabelecida no preâmbulo deste edital, a sessão inaugural será realizada em nova data a ser informada através da plataforma www.licitacoes-e.com.br.

6. A FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 6.1. Iniciado o “tempo normal” da etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e taxa ofertada.
- 6.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 6.3. Somente serão aceitos os lances cujo valor da Taxa de Transação for inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

- 6.4. Não serão aceitos mais de um lance de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.5. No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do pregão, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.5.1. A pregoeira, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.5.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão poderá ser suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da pregoeira aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.6. O “tempo normal” da etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de “tempo randômico” de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.6.1. Caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, a pregoeira responsabilizar-se-á pelo aviso de encerramento aos licitantes.
- 6.7. A pregoeira poderá anunciar o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, acerca da aceitação do menor valor de Taxa de Transação.
- 6.7.1. Quando não for possível a conclusão do certame durante a sessão pública, a pregoeira encerrará a etapa de lances, divulgando, posteriormente, o resultado de julgamento.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 7.1. O critério de julgamento será o de MENOR TAXA DE TRANSAÇÃO, considerando os preços efetivamente praticados pelas concessionárias dos serviços em questão, inclusive aqueles promocionais. O valor deverá ser oferecido com, no máximo, duas casas decimais.

- 7.2. Analisada a aceitabilidade, a pregoeira divulgará o resultado de julgamento das propostas comerciais.
- 7.3. Se a proposta ou o lance não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.
- 7.4. No julgamento da habilitação e das propostas, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1. Encerrada a etapa de lances, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar verificando a habilitação do licitante.
- 8.2. O licitante deverá apresentar, para fins de comprovação de habilitação:

8.2.1. Habilitação jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e cópias de identidade e CPF e comprovantes de residência;
- c) Estatuto em vigor devidamente registrado, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) O documento de habilitação jurídica deverá expressar objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação;

- e) Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, deverá ser apresentado decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2.2. Declaração de Compromisso

- a) Preenchida e assinada pelo representante legal da Proponente conforme Anexo III

8.2.3. Regularidade fiscal:

- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certidão de Regularidade de Situação (CRS);
- d) Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS) – Certidão Negativa de Débito (CND);
- e) Prova de Regularidade Fiscal perante à Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante Certidão de Quitação de Tributos Estaduais ou certidão que comprove a regularidade com o ICMS emitida pelo órgão competente ou ainda, caso o licitante não seja contribuinte deste imposto, declaração de que a pessoa jurídica não está inscrita no cadastro de contribuintes da fazenda estadual relativo ao ICMS;
- f) Prova de regularidade perante a fazenda Municipal, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Tributos Mobiliários (ISS).
- f) Certidão perante a Justiça do Trabalho;
- g) Ficha de cadastro, conforme Anexo IV.

8.2.4. Qualificação econômico-financeira:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devendo estar assinado pelo Contador e/ou representante legal da Entidade.

Boa Situação Financeira, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) de análise de Balanço. Todos os índices analisados deverão ser maiores que 01 (um), devendo estar assinado pelo Contador e/ou representante legal da Entidade, sendo:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

- b) Certidão negativa de falência e concordata, e recuperação judicial ou extrajudicial, em se tratando de sociedade comercial, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data da abertura do envelope dos documentos de habilitação;
- c) Caso o licitante tenha mudado sua sede nos últimos 6 (seis) meses, deverá apresentar certidão do domicílio anterior;

8.2.5. Qualificação técnica da empresa

- a) Apresentação de pelo menos 1 (um) Atestado ou Declaração em nome do licitante fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove(m) que o licitante dispõe do uso do sistema "WTS".
- b) Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica em nome do licitante fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove(m)

ter o licitante prestado ou esteja prestando, a contento, serviços de remessa, emissão, marcação, remarcação, endosso e entrega de bilhetes de passagens aéreas com contrato de valor anual de R\$ 2.000.000,00, assinado nos últimos 24 meses;

- c) Apresentação de no mínimo 02 (dois) atestados de Capacidade Técnica em nome do licitante fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprovem ter o licitante emitido passagens aéreas e fretamento de aeronaves em trechos regionais na Amazônia.
- d) c) Comprovante de registro na EMBRATUR – (Empresa Brasileira de Turismo no caso de Agência de Turismo);
- e) d) Comprovante de credenciamento na IATA

8.2.6. Qualificação do funcionário a ser alocado na sede do FUNBIO. Deverão ser apresentados o Currículo do indicado e os atestados que comprovem os requisitos abaixo:

- a) Possuir experiência comprovada no trabalho de emissão de passagens aéreas de no mínimo 03 (três) anos consecutivos;
- b) Possuir experiência comprovada em operação de sistemas ERPs e também os disponibilizados pelas Cias Aéreas nos últimos 03 (três) anos.

8.2.7. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:

- a) Em nome do licitante com o n.º do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:
 - a.1) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; e
 - a.2) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

- b) Fica ressalvado deste dispositivo, os atestados de capacitação técnica que poderão ser emitidos tanto em nome da matriz como da filial;
- c) No caso das alíneas anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa;
- d) Caso o licitante pretenda prestar os serviços por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também que este atende a todas as exigências habilitatórias.

8.2.8. Declaração de que o mesmo atende plenamente ao que dispõe o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, atestando que não possui em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum empregado menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante do Anexo V.

- 8.3. Para a verificação da regularidade fiscal, a pregoeira poderá realizar consulta nos sites específicos na Internet, observados os atos normativos expedidos pelos órgãos públicos responsáveis pela emissão das certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- 8.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos neste edital e seus anexos.
- 8.5. Os documentos necessários à habilitação, quando apresentados mediante cópia reprográfica, deverão ser autenticados por cartório competente. Também serão aceitas publicações em órgãos da imprensa oficial ou, ainda, nos termos da legislação pertinente a cada documento.
- 8.6. Será considerado inabilitado, o licitante que apresentar documentação incompleta ou em desacordo com o edital e legislação em vigor.
- 8.7. Constatada falha nos documentos de habilitação, a pregoeira concederá o prazo de 2 (dois) dias úteis para juntada posterior de documentos cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação da proposta.

8.7.1 Na hipótese do subitem anterior, o licitante que não regularizar a documentação de habilitação ou se recusar a fazê-lo, estará sujeito às penalidades constantes do item 13 deste edital.

8.8. A pregoeira reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que houver dúvida e julgar necessário.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

9.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório de pregão.

9.1.1. Caberá à pregoeira decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

9.1.2. Acolhida petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à pregoeira até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço eletrônico procurement@funbio.org.br, devendo ser respondidos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

9.3. Impugnações ao edital deverão ser apresentadas por escrito, protocoladas tempestivamente no FUNBIO, no seguinte endereço: Rua Voluntários da Pátria, 286, 5º andar, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22271-071, fax (21) 2123-5300

10. DOS RECURSOS

10.1. Após declarado o vencedor, a pregoeira suspenderá a sessão por, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas, prazo este em que os interessados poderão realizar vista de toda a documentação apresentada até o momento.

- 10.1.1 No mesmo ato de suspensão da sessão de que trata o subitem 11.1, a pregoeira convocará os licitantes para que, em data e horário informados, seja reiniciado o pregão.
- 10.2. Reiniciado o pregão e existindo intenção de interpor recurso, o licitante deverá manifestá-la à pregoeira por meio eletrônico, em formulário próprio do sistema, explicitando sucintamente suas razões.
- 10.3. O licitante interessado em interpor recurso, disporá do prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, por escrito, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurados vistas imediatas dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.4. A decisão da pregoeira deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.
- 10.5. O acolhimento do recurso implica tão-somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 10.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência do direito de recurso, ficando a pregoeira autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 10.7. O recurso contra a decisão da pregoeira terá efeito suspensivo.
- 10.8. serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fac-símile.
- 10.9. As razões dos recursos deverão ser apresentadas por escrito, protocoladas tempestivamente na sede do FUNBIO no Rio de Janeiro e dirigidas a Unidade Operacional de Compras do FUNBIO, a qual decidirá sobre os recursos após apreciação do parecer da pregoeira.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 11.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela pregoeira sempre que não houver recurso, e pela autoridade competente quando da existência de recurso.

- 11.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela pregoeira, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

12. DAS PENALIDADES

- 12.1. As seguintes sanções poderão ser aplicadas à empresa contratada, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao FUNBIO:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão do direito de licitar e de contratar com o FUNBIO por período de até 2 (dois) anos;

- 12.2. Fica assegurada a ampla defesa quando da aplicação das penalidades constantes do subitem anterior.

- 12.3. A penalidade de advertência será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério do FUNBIO, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade.

- 12.4. A penalidade de multa será aplicada nos seguintes casos e proporções:

- a) Recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido: 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- b) Atraso na execução dos serviços ou atendimentos em relação aos prazos estipulados: 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) do valor estimado da contratação, por dia de atraso, limitado a 10% (dez por cento);
- c) Ocorrência de qualquer outro tipo de inadimplência não abrangido pelas alíneas anteriores: 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

- 12.4.1 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.
- 12.4.2 As multas, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação, deverão ser recolhidas na conta bancária indicada pelo FUNBIO, mediante comprovante de recolhimento, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação.
- 12.4.3 O valor total das multas, aplicadas na vigência do contrato, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.

13. DO CONTRATO

- 13.1. Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis a partir da notificação, assinar o contrato (Anexo VI), podendo este prazo ser prorrogado, a critério do FUNBIO, desde que ocorra motivo justificado.
- 13.2. Quando o licitante vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou recusar-se a assiná-lo, a pregoeira convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato ou instrumento equivalente, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 13.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 05 (cinco) anos.
- 13.4. Como condição para celebração do contrato e durante a vigência contratual, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

14. DA ATUALIZAÇÃO DA TAXA DE TRANSAÇÃO

- 14.1. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data de assinatura do contrato, poderá o Contratado fazer jus à atualização da taxa de transação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O FUNBIO efetuará o pagamento à contratada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da documentação fiscal da Empresa (Nota Fiscal/Fatura discriminativa) que deverá contemplar para o período da quinzena anterior à emissão da fatura: (i) os bilhetes emitidos por projeto; (ii) bilhetes “seguro viagem” emitidos a nível nacional e internacional por projeto; (iii) Seguros de cobertura total de passageiros e tripulação efetuados em aluguel de embarcação, sobrevôo e veículo por projeto; (iv) diárias de hotéis por projeto; e (v) diárias de aluguéis de veículos ou fretamento de aeronaves por projeto.
- 15.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não ensejará a Contratada o direito de pleitear qualquer acréscimo, tais como multa, reajustamento de preços e atualização monetária.
- 15.3. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGM), publicado pela Fundação Getúlio Vargas.
- 15.4. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) por meio de depósito bancário, diretamente na conta corrente da contratada.
- 15.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas ao FUNBIO, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da Contratada os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.
- 15.6. Não havendo expediente no FUNBIO, a data de vencimento da obrigação será prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, desde que comunicado com antecedência.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 16.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos oriundos dos Projetos executados pelo FUNBIO.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.
- 17.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta ou habilitação, durante a realização da sessão pública do pregão.
- 17.3. É facultado à pregoeira ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 17.4. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 17.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito do licitante à prestação do serviço ao FUNBIO, que deverá ocorrer somente após a assinatura do instrumento contratual.
- 17.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no FUNBIO.
- 17.7. Para fins de aplicação das penalidades constantes da cláusula 13 do presente edital, o lance é considerado proposta.
- 17.8. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto ora licitado.
- 17.9. Integram o presente edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Descritivo do Mecanismo de Integração entre os sistemas do FUNBIO e WTS;

Anexo III – Declaração de Compromisso;

Anexo IV – Ficha de Cadastro

Anexo V – Modelo de Declaração de Cumprimento ao Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal; e

Anexo VI – Minuta do Contrato.

18. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

18.1. As Licitantes devem observar e o Contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula 18.3 deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

18.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

18.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a Licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

19. DO FORO

19.1. Questões relativas à presente licitação serão dirimidas perante o foro da comarca da capital do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro.

Rio de Janeiro - RJ, 04 de Março de 2020.

Alessandro Jonady de Oliveira
Pregoeiro